



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| ☐ Ambiente e Sustentabilidade | ☐ Crítica, Documentação e Reflexão | ☐ Espaço Público e Cidadania |
| ☒ Habitação e Direito à Cidade | ☐ Infraestrutura e Mobilidade | ☐ Novos processos e novas tecnologias |
| ☐ Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

A ausência da participação popular no desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e suas consequências: o exemplo do Jardim Barro Vermelho, no estado do Rio de Janeiro

The absence of popular participation in the development of social interest housing projects and its consequences: the example of the Jardim Barro Vermelho, in the state of Rio de Janeiro

La ausencia de participación popular en el desarrollo de proyectos de vivienda de interés social y sus consecuencias: el ejemplo del Jardim Barro Vermelho, en el estado de Rio de Janeiro

LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida (1);

NASCIMENTO, Aline da Costa (2);

VIÑAS, Carmen Guillén y (3)

(1) Professor Doutor, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: geronimo_leitao@uol.com.br

(2) Mestranda, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: aline_cn@hotmail.com

(3) Mestranda, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: carmengyv@gmail.com

A ausência da participação popular no desenvolvimento de projetos de habitação de interesse social e suas consequências: o exemplo do Jardim Barro Vermelho, no estado do Rio de Janeiro

The absence of popular participation in the development of social interest housing projects and its consequences: the example of the Jardim Barro Vermelho, in the state of Rio de Janeiro

La ausencia de participación popular en el desarrollo de proyectos de vivienda de interés social y sus consecuencias: el ejemplo del Jardim Barro Vermelho, en el estado de Rio de Janeiro

RESUMO

Observa-se, na quase totalidade dos conjuntos habitacionais de interesse social implementados pelo poder público no estado do Rio de Janeiro, significativas alterações promovidas pelos moradores, nas edificações originais, no que diz respeito a aspectos funcionais e simbólicos, gerando uma espacialidade que remete à morfologia das favelas. Neste trabalho, pretende-se, pela análise do conjunto Jardim Barro Vermelho, implantado na década de 1990 pela Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, no município de Belford Roxo, avaliar as ampliações das unidades habitacionais originais e a ocupação irregular dos espaços de uso público e de áreas da CEHAB, sem destinação definida em projeto. Analisamos neste estudo as motivações e características das intervenções realizadas, objetivando contribuir para a reflexão sobre as práticas projetuais adotadas nos programas habitacionais, especialmente no Rio de Janeiro, apontando para a formulação de possíveis metodologias participativas no desenvolvimento de novos projetos habitacionais e de ordenamento das intervenções realizadas nos conjuntos existentes.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de interesse social, planejamento participativo, intervenções dos moradores, conjunto Barro Vermelho

ABSTRACT

In almost all of the housing projects of social interest in the State of Rio de Janeiro implemented by the Government, It is observed significant changes promoted by the dwellers in the original buildings, with regard to functional and symbolic aspects, generating a spatiality that refers to the morphology of the slums. In this work, we intend, by examining the social dwelling project Jardim Barro Vermelho, deployed in late 1990 by State Housing Company of the State of Rio de Janeiro, in the municipality of Belford Roxo, evaluate interventions: additions in the original housing units and irregular occupation of public spaces and areas of CEHAB, without defined destination in project. In this study we analyse the motivations and characteristics of interventions carried out, aiming to contribute to the reflection on the project practices adopted in the housing programs, especially in Rio de Janeiro, pointing to the possible formulation of participative methodologies in the development of new housing projects and planning of interventions carried out in the existing social dwelling projects.

KEY-WORDS: Social Housing Projects, Dwellers Interventions, Participative Planning, Barro Vermelho Social Dwelling

RESUMEN

Se observa en casi todos los proyectos de complejos habitacionales de interés social implementados por el Poder público, en el estado de Río de Janeiro, significantes transformaciones promovidas por sus



pobladores, sobre las viviendas originales, con respecto a aspectos funcionales y simbólicos, generando una espacialidad que remite a la morfología de las “favelas”. En este trabajo se pretende, mediante el análisis del Conjunto habitacional Jardim Barro Vermelho, implantado en los años 90 por la Compañía Estadual de Habitación de Rio de Janeiro y localizado en el municipio de Belford Roxo, evaluar las intervenciones: ampliaciones de las viviendas originales y ocupación irregular de espacios públicos y áreas de la CEHAB, sin destinación definida en proyecto. En este estudio analizamos las motivaciones y las características de estas intervenciones llevadas a cabo, con el objetivo de contribuir a una reflexión sobre las prácticas del proyecto adoptado en los programas de viviendas de interés social, especialmente en Río de Janeiro, apuntando para una posible formulación de metodologías participativas en el desarrollo de nuevos proyectos de vivienda y en la estructuración de las intervenciones realizadas en los complejos habitacionales existentes.

PALABRAS-CLAVE: *Viviendas de interés social, planificación participativa, las intervenciones de los pobladores, Conjunto Barro Vermelho*

1 INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro, observa-se que em conjuntos habitacionais, a maioria de seus moradores promove alterações significativas nas edificações originais. Essas alterações não só se referem a aspectos meramente funcionais: visam, também, responder a representações simbólicas. A espacialidade decorrente dessas intervenções remete à morfologia das favelas – o que é reconhecido pelos próprios moradores desses conjuntos, como um processo de “favelização”.

Pretende-se, neste trabalho, a partir da análise de um conjunto habitacional implantado pela Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), no início da década de 1990 – o conjunto Jardim Barro Vermelho, no município de Belford Roxo –, avaliar as intervenções promovidas pelos moradores, tanto no que diz respeito às ampliações das unidades habitacionais originais, quanto à ocupação irregular de espaços de uso público e de outras áreas livres (sem destinação prevista em projeto) e pertencentes àquela empresa. A escolha desse conjunto se deve a dois fatores: o fato de termos em uma única área projetos habitacionais distintos, implantados em diferentes momentos, nos últimos vinte anos; e por representar, devido às intervenções realizadas pelos moradores, uma continuidade de práticas observadas em tantos outros conjuntos habitacionais, construídos a partir da década de 1960.

Através desta análise, pretendemos abordar as seguintes questões: a adequação desses projetos às necessidades e demandas da população à que se destina; o significado – real e simbólico – das intervenções realizadas; a inexistência da participação dos futuros moradores no processo de concepção e implantação do projeto habitacional e suas implicações na produção do ambiente construído; e, por último, a possibilidade de ações – envolvendo moradores e os órgãos competentes – visando o ordenamento de ampliações realizadas.

Pretende-se com este trabalho contribuir para uma reflexão sobre as práticas projetuais adotadas na implementação de programas habitacionais promovidos pelo poder público em nosso país – particularmente, no Rio de Janeiro –, apontando para a formulação de possíveis metodologias participativas de desenvolvimento de novos projetos habitacionais e de ordenamento das intervenções realizadas nos conjuntos existentes.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE PROJETOS DE CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Atualmente, o planejamento participativo é um fator considerado – supostamente – imprescindível no desenvolvimento de projetos arquitetônico/urbanísticos. Durante o período do regime autoritário (1964/1985), as possibilidades de participação organizada da população, no desenvolvimento dos projetos habitacionais de interesse social, eram nulas, devido, obviamente, ao próprio cenário político então vigente (Comas, 1986; Valladares, 1983).

Como um dos desdobramentos da redemocratização do país e das lutas populares pela Reforma Urbana, o Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, vai determinar a “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”. Contudo, apesar dessa determinação legal, observa-se a inexistência de procedimentos regulares que efetivamente permitam a participação organizada de futuros moradores na concepção e implementação de projetos habitacionais de interesse social em todo país e, no caso particular que abordamos, no estado do Rio de Janeiro, persistindo a visão de que essa participação seria desnecessária e onerosa:

Desnecessária, porque se acreditava que a análise do perfil sócio-econômico dos futuros moradores seria suficiente para a definição do programa básico da unidade habitacional. Onerosa, porque implicaria em complexas negociações com os futuros moradores, podendo comprometer o cumprimento de prazos de execução e elevar os custos. (ANDRADE & LEITÃO, 2000, p.3)

Também, em outros projetos, como os de urbanização de favelas, promovidos pelo poder público, é prevista a participação popular, porém de forma controlada, limitada, praticamente, à aprovação de propostas previamente elaboradas. Apesar do interesse das equipes técnicas envolvidas no desenvolvimento desses projetos, a própria formatação dos contratos firmados com o poder público, inviabiliza o aprofundamento de metodologias participativas. A “participação popular”, nesses casos, visa, tão somente, legitimar os projetos elaborados.

A ausência de participação irá gerar, portanto – no caso dos projetos habitacionais de interesse social –, soluções em que as demandas dos moradores são padronizadas, não atendendo às particularidades de grupos familiares distintos. Consequentemente, a padronização das edificações – que se opõem à diversidade formal decorrente do atendimento às demandas diferenciadas – resulta em uma paisagem urbana monótona, uniforme, onde não há espaço para a expressão da identidade das famílias que ali vivem (RIGATTI, 1997; TASCHNER, 1997; MAGALHÃES, 2002; CARRASCO, 2005; NAVAZINAS, 2007).

Por sua vez, os projetos que preveem ampliação das unidades habitacionais apresentam soluções idealizadas por seus autores, que não traduzem, na maioria das vezes, necessidades e desejos de futuros moradores – em função, sobretudo, da ausência de um diálogo entre técnicos e usuários que viabilizem a efetiva intervenção do morador no processo de planejamento.

Embora existam diferentes metodologias de planejamento participativo (SANOFF, 2001; IMAI, 2013) apontando para a necessidade de construir um “projetar com e não para”, observa-se, por parte do poder público, uma resistência quanto à adoção dessas metodologias. A visão predominante é a de que estas resultariam em maiores prazos para o desenvolvimento de projetos e, consequentemente, na elevação de custos. Há, também, a argumentação, de uma operacionalização mais complexa do processo de planejamento e de execução dos empreendimentos, quando se compara as soluções padronizadas com aquelas que são

desenvolvidas a partir de processos que geram produtos diferenciados. Por último, há que considerar um aspecto de caráter subjetivo e que diz respeito à “perda do poder” dos profissionais de planejamento, nesse processo que envolve a troca de saberes, metodologias participativas de desenvolvimento de novos projetos habitacionais e de ordenamento das intervenções realizadas nos conjuntos existentes.

3 O CONJUNTO BARRO VERMELHO, EM BELFORD ROXO

Durante os últimos vinte anos, a implantação de distintos projetos habitacionais do poder público deu origem ao conjunto Jardim Barro Vermelho. O mosaico hoje encontrado na área é resultante da implantação de variados programas governamentais, realizados de forma isolada, em diversos contextos político-administrativos, para o atendimento a diferentes demandas habitacionais. As respostas dos moradores quanto às soluções habitacionais implantadas são variadas, tornando o conjunto selecionado um recorte representativo daquilo que ocorre em outros conjuntos implementados por órgãos como a própria CEHAB e, no passado, os extintos IAPs e BNH. Mesmo nos conjuntos habitacionais, construídos através do atual programa do Governo Federal – Minha Casa Minha Vida –, a partir de 2009, observa-se processo semelhante de ampliações das unidades originais.

Em 1981 foi iniciado o processo de aquisição do terreno pelo Estado com recursos do BNH, sendo a área destinada à construção de unidades habitacionais de baixa renda.

O terreno estava situado na periferia da malha urbana do município de Belford Roxo e não possuía nenhuma infraestrutura de serviços básicos. Recebeu o nome de Jardim Barro Vermelho pelo tipo de solo encontrado naquela região.

A gleba adquirida, com área total de 627.861,00m² era constituída de uma parte plana, cobrindo aproximadamente 50% da área e os 50% restantes com topografia mais acidentada, distribuída em diversas elevações por toda a extensão do terreno (e.g. Figura 1).

Inicialmente, o empreendimento habitacional foi incluído no Programa Reconstrução Rio para atendimento a famílias que ocupavam a margem dos rios na Baixada Fluminense, com recursos do Banco Mundial, repassados através da Caixa Econômica Federal.

O projeto previu o parcelamento inicial em 1500 lotes residenciais, além de lotes destinados a equipamentos, praças e sistema viário. As áreas definidas como de “reserva”, correspondiam aos trechos mais acidentados do terreno e de utilização mais onerosa.

O projeto concluído em 1992 corresponderia à primeira intervenção, utilizando parcialmente o terreno. Com a entrega das 1500 unidades habitacionais, famílias provenientes de distintos locais considerados insalubres, sujeitos a enchentes ou sem condições de habitabilidade foram transferidas para o novo conjunto habitacional. Também foram contemplados policiais militares, civis e bombeiros, no intuito de retirá-los de áreas de risco, tendo sido atribuídas, no total, para militares, 381 unidades habitacionais.

A gleba dispoñdo agora de toda infraestrutura – como abastecimento de água, esgotamento sanitário e energia elétrica – passa a atrair famílias carentes (provavelmente antigos vizinhos ou com laços familiares com os novos moradores do conjunto Jardim Barro Vermelho), que vislumbram naquele lugar uma melhor condição de vida, e que irão ocupar irregularmente as áreas livres remanescentes.

Surge assim uma segunda intervenção: a ocupação irregular, nas extremidades limítrofes da poligonal da área, que integram o percentual de área não utilizada e sem destinação específica, no projeto urbanístico original (e.g. Figura 1). A ausência de uma ação por parte do poder público, promovendo a construção de empreendimentos habitacionais para essas famílias mais necessitadas, contribuiu para a consolidação dessa ocupação.

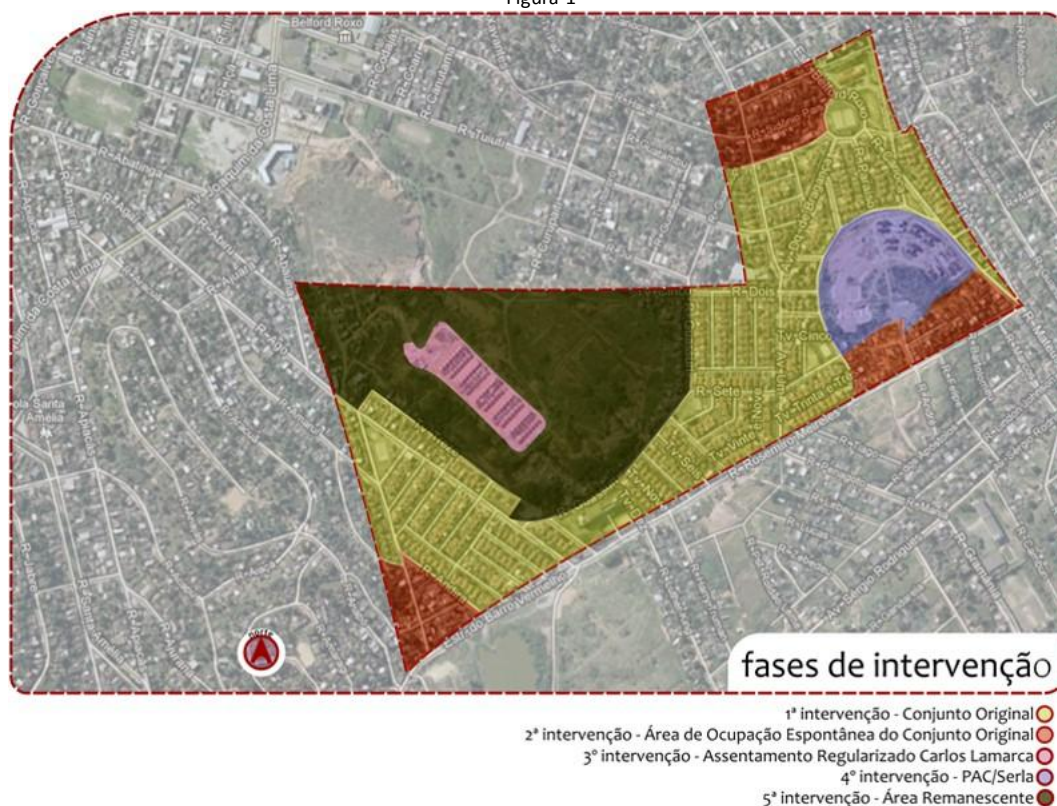
No ano de 2004, cerca de 400 famílias provenientes de diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro iniciam um novo movimento de ocupação, instalando-se precariamente no topo de outro morro do conjunto, que havia recebido uma terraplanagem e era utilizado esporadicamente como campo de futebol. Foi uma ação promovida pelo Movimento das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Desempregados (MTD) – movimento surgido a partir da “Marcha Trabalho, Terra e Teto” em 1999: esta seria a terceira intervenção (e.g. Figura 1). O acampamento foi montado pelos próprios ocupantes, sem qualquer infraestrutura de saneamento, com barracos de lona, plástico, madeira e demais materiais reutilizados. Foram anos de luta pela terra, durante os quais várias famílias abandonaram a área, por absoluta falta de condições de sobrevivência.

Uma ação do governo estadual, com a captação de recursos federais pelo programa PAC FNHIS – 2007 (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), possibilitou a realização de obras de urbanização e construção de unidades habitacionais, para 70 famílias que haviam resistido durante todo o processo de ocupação. Essas obras ocorreram em formatação diferente de qualquer outra até então realizada no Conjunto: os futuros moradores ocupavam os seus próprios lotes, sorteados em assembleia com acompanhamento de equipe social da CEHAB. Desse modo, após a abertura de ruas e acerto do terreno das quadras, os moradores transferiram seus barracos para os fundos de cada lote, a partir de planta de locação elaborada pelo setor de projetos da CEHAB. Paralelamente às obras, instalou-se um escritório social, com um técnico responsável que passou a executar o Projeto Técnico Social. A mobilização de quase a totalidade dos beneficiários deve-se à expressiva organização comunitária e à permanência das famílias nos lotes durante todo o período da obra. A capacitação de moradores e a participação de todos nas diferentes etapas do projeto foram determinantes para construção de laços de fundamental importância para o bom convívio dos moradores, inclusive, posteriormente à conclusão das obras – surgia, desse modo, o assentamento Carlos Lamarca.

A quarta etapa de ocupação do Jardim Barro Vermelho (e.g. Figura 1) ocorre com a construção de 12 blocos multifamiliares de 3 pavimentos, perfazendo um total de 252 apartamentos, destinados às famílias que seriam reassentadas para permitir a realização de obras de dragagem em diversos rios da Baixada Fluminense. A escassez e o alto custo dos terrenos ainda disponíveis nos municípios da região motivaram a opção pela verticalização, ainda que não fosse a solução ideal. Contudo, devido à ausência de pagamentos, a empreiteira responsável paralisou as obras, impossibilitando a transferência das famílias.

A última e quinta intervenção (e.g. Figura 1) – ainda em andamento no primeiro semestre de 2014 – vai surgir em consequência do assentamento Carlos Lamarca: a ocupação irregular e gradual das áreas livres em seu entorno (cerca de 189.000 m²), devido às possibilidades de acesso à infraestrutura existente.

Figura 1



Fonte: CEHAB-RJ, Fev 2014

4 AS INTERVENÇÕES REALIZADAS: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

Na primeira das intervenções, verifica-se a ausência de participação do futuro morador e de agentes da área social no processo. É possível identificar como principal agente, o poder público, através da CEHAB no papel de órgão promotor, realizando todo o processo desde a aquisição da área até a entrega das unidades passando pela elaboração do projeto e execução das obras. Constata-se, ainda, uma relevante diversidade no universo da população atendida – o que, contudo, não se traduzia na diferenciação das unidades habitacionais.

As áreas livres remanescentes, contudo, foram paulatinamente sendo objeto de ações públicas e também de ocupações irregulares, até a data de hoje. Ao longo dos anos, os espaços destinados ao uso público como as áreas de recreação projetadas, se deterioraram devido ao abandono pelos moradores, à depredação do mobiliário e à inexistência de manutenção pelo poder público. Houve também alterações na ocupação de espaços públicos, com o Terminal Rodoviário sendo substituído por uma Delegacia de Policiamento Ostensivo e um Posto de Saúde.

Por outro lado, no que diz respeito às unidades habitacionais, raras foram aquelas que mantiveram suas características originais (e.g. Figura 2). Na primeira etapa, as edificações foram construídas com tijolos cerâmicos de alta resistência, contudo, nas ampliações realizadas pelos moradores, utilizou-se o sistema construtivo tradicional, – não só pela impossibilidade de ter acesso ao material utilizado originalmente, como pela falta de conhecimento técnico desse sistema construtivo. Observa-se, ainda, a ocupação irregular de passeios por acréscimos

voltados para a implantação de pequenos comércios de caráter local, garagens e, mesmo, compartimentos habitados. Em parte, essas ocupações irregulares do logradouro público ocorrem devido ao reduzido volume de tráfego nas vias internas da comunidade, o que permite a utilização da faixa de rolamento também pelos pedestres. A ocupação irregular dos passeios (e.g. Figura 3) compromete ainda a qualidade do ambiente construído, pela ausência absoluta de arborização nas vias e no interior dos lotes.

Figura 2



Fonte: CEHAB-RJ, Fev 2014

Figura 3



Fonte: CEHAB-RJ, Fev 2014

Nas áreas de ocupação informal consolidadas, verifica-se, por outro lado, a existência de um conjunto de problemas associados a esse tipo de assentamento: ligações irregulares nas redes de esgoto, de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica, existentes no entorno. Adensamento da ocupação habitacional, irregularidade do parcelamento do solo e condições precárias de acessibilidade caracterizam, ainda, essas áreas, onde se observa, algumas intervenções pontuais do poder público.

Das cinco etapas de intervenção descritas, somente a terceira – o conjunto habitacional Carlos Lamarca – apresentou uma formatação distinta da usualmente adotada pelos órgãos públicos no desenvolvimento de projetos habitacionais: houve uma participação do morador ao longo do processo de implantação das unidades habitacionais, mesmo sendo adotada uma única tipologia em função das características do programa financiador do projeto. Ainda que, longe de uma efetiva intervenção dos moradores na concepção e execução do projeto habitacional, verifica-se, neste caso, um diálogo entre as famílias atendidas e o poder público – através de seus agentes atuantes na área – traduzido nas negociações envolvendo a demarcação dos lotes e a permanência dos ocupantes nos mesmos, durante a execução das obras. Em tais habitações, havia, ainda, a previsão da entrega de placa de *radier*, para a possível ampliação de mais um quarto. Como se trata de um empreendimento habitacional mais recente, poucas ampliações puderam ser constatadas, embora entrevistas realizadas com moradores locais revelem esta intenção – inclusive para além dos limites definidos pela área reservada pelo projeto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As apropriações do espaço público, de acordo com Santos & Vogel (1985), constituem “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”. Nishikawa (1984), por sua vez, considera as apropriações como eventos próprios do cotidiano da vida urbana e devem ser reconhecidos como reveladores de necessidades, de modo a permitir flexibilidade no uso do espaço. Nesse mesmo sentido, Mendonça (2007), ao abordar apropriações do espaço público, considera que a forma urbana está relacionada às articulações dos interesses sociais e econômicos envolvendo as pessoas, seus desejos e suas intenções.

O estudo das apropriações dos espaços livres, públicos ou não, no contexto do conjunto habitacional projetado, investigando as ações que resultam na transformação ou apropriação desses espaços, visa possibilitar uma maior fundamentação no processo de desenvolvimento do projeto desses espaços. Reconhecer as modificações no projeto original, geradas pelas práticas da população, identificando quais podem ser admitidas como positivas pelos moradores (a ampliação de compartimentos, por exemplo) e quais são consideradas inadequadas (como a ocupação de passeios, por exemplo). Através desse reconhecimento, será possível construir – com a população local – parâmetros que orientem as intervenções futuras. Isto significaria desenvolver um pacto de regras mínimas do construir – garantindo segurança e condições satisfatórias de habitabilidade –, e, simultaneamente, a manutenção de práticas recorrentes nos conjuntos habitacionais promovidos pelo poder público no estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Andrade & Leitão (2007): “A lógica que orienta estas transformações, promovidas pelos moradores dos conjuntos habitacionais, tem vários pontos em comum com aquela que orienta a produção do ambiente construído em comunidades faveladas” – e é previsível que seja assim, sobretudo, se considerarmos que, particularmente, no caso do Conjunto Barro Vermelho, a quase totalidade dos moradores são oriundos de assentamentos informais localizados em áreas de risco.

Nesse sentido, consideramos adequada a abordagem de Moughtin (1992): “quando a complexidade e heterogeneidade da clientela grupo são admitidas e quando o designer se dá conta de que a cultura nunca é estática, encontrando-se num permanente processo de

mudança do qual também faz parte como agente”.

Há que observar, contudo, a resistência dos órgãos públicos no estado do Rio de Janeiro quanto ao reconhecimento dessas práticas de ampliações e transformações de uso em conjuntos habitacionais – consequentemente, fica inviabilizada a construção de um diálogo que possibilite a proposição de intervenções que regulamentem e ordenem essas práticas.

Contudo, considerando o porte desses acréscimos e as transformações de uso que ocorrem, cabe mais uma vez lembrar, na quase totalidade dos conjuntos habitacionais existentes no estado do Rio de Janeiro, assim como os impactos gerados no ambiente construído, é inevitável que, mais cedo ou mais tarde, os órgãos governamentais sejam forçados a se posicionarem frente a essa questão – o que vai requerer a elaboração de metodologias adequadas de discussão das propostas arquitetônico-urbanísticas, considerando as características particulares de cada grupo.

Simultaneamente, será necessário estimular o desenvolvimento de um nível de organização dos moradores, de modo a estabelecer um consenso acerca de regras básicas para edificação, uso e ocupação do solo – e, também, para promover a construção de canais de diálogo com a população. A participação da população no “redesenho” dos conjuntos habitacionais exigirá, entretanto, o desenvolvimento de formas de comunicação adequadas, como maquetes e perspectivas – apenas para citar dois exemplos –, que permitam o entendimento das questões postas e a possibilidade de intervenção dos moradores na formulação de novas soluções. Nesse sentido, afirmam Andrade e Leitão (2007): é “necessário perceber os problemas urbanos não apenas da perspectiva do enfrentamento de questões pontuais ou mesmo de planejamento *stricto sensu*, mas também como política cultural e educacional”.

Concluimos, portanto, que essas apropriações não implicam necessariamente em inadequação ou indícios de marginalidade: ao contrário, podem subsidiar os projetos de futuros ambientes dessa natureza no campo da habitação de interesse social. Através da incorporação dos conceitos relativos a essas práticas de apropriações do espaço edificado pelos moradores, acreditamos ser possível projetar com e não para a população, atendendo, assim, aos seus reais anseios e necessidades.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. & DUARTE, C. As Marcas da Imaginação na Habitação Urbana. In: Del Rio, V. (org.) *Arquitetura: Pesquisa & Projeto*. São Paulo: Pro Editores, 1998.
- ANDRADE, L. & LEITÃO, G. Transformações na Paisagem Urbana: “Favelização” de Conjuntos Habitacionais e Propostas de Intervenções do Poder Público in: *XII ENANPUR*, Belém, Pará, 2007.
- ANTÔNIO TARCÍSIO L. Avaliação de Alterações Realizadas pelo Usuário no Projeto Original da Habitação Popular. In: *Anais do ENTAC 95*. Rio de Janeiro: ANTAC, novembro / 1995.
- CARRASCO, A.T.O. *O processo de projeto na habitação popular*. Dissertação de mestrado, FAUUSP, São Paulo, 2005.
- COMAS, C. O Espaço da Arbitrariedade: Considerações sobre o Conjunto Habitacional BNH e o Projeto de Cidade Brasileira. In: TURKIENICZ, B. & MALTA, M. *Desenho Urbano, Anais do II SEDUR*. Brasília: CNPq/FINEP/PINI, 1986.
- IMAI, C. A participação de usuários nos processos avaliativos: metodologias e resultados. In: Simone, V. & Sheila, O. (Org.). *Qualidade ambiental na Habitação – Avaliação Pós-Ocupação*. São Paulo: Oficina de textos, 2013.
- LEITÃO, G. & ANDRADE, L. Transformações na Paisagem Urbana: “favelização” de Conjuntos Habitacionais. In: *Anais Seminário da História da Cidade e do Urbanismo - Cinco Séculos de Cidades no Brasil*, v.6, n.2, 2000.



- MAGALHÃES, S. *Sobre a Cidade. Habitação e democracia no Rio de Janeiro*. São Paulo, S.P. Pró Editores Associados, 2002.
- MENDONÇA, E. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. In *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007
- MOUGHTIN, C. *Urban Design: street and square*. Oxford: International Books, 1992.
- NAVAZINAS, V. *Arquitetura possível: Os espaços comuns na Habitação de Interesse Social em São Paulo*. Dissertação do programa de Pós-Graduação da FAU/USP. São Paulo, S.P., 2007.
- NISHIKAWA, A. *O espaço da rua articulado ao entorno habitacional em São Paulo*. 1984. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984
- RIGATTI, D. *Do espaço projetado ao espaço vivido: modelos de morfologia urbana no conjunto Rubem Berta*, Tese de doutorado, São Paulo: FAU/USP. 1997
- SANOFF, H.; PASALAR, C. & HASHAS, M. *School Building Assessment Manual*. Washington, DC: National Clearinghouse for Educational Facilities, 2001.
- SANTOS, C.N.F. & VOGEL, A. (orgs.). *Quando a Rua Vira Casa, a Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro*. R.J., IBAM/FINEP, 1981.
- TASCHNER, S. *Política Habitacional no Brasil: Retrospectivas e Perspectivas*. Cadernos de Pesquisa do LAP (Série Habitação Popular). São Paulo: FAU/USP, set./out. 1997.
- VALLADARES, L. (org.). *Repensando a habitação do Brasil*. Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Raquel Roinik, Nabil Georges Baouduki e Roberto Schmidt de Almeida. Rio de Janeiro, R.J. Zahar Editores, 1983.